

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TABATINGA**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**GENILCE BERNAL DA SILVA**

**ABUSO SEXUAL INFANTIL E AS IMPLICAÇÕES NA VIDA E NO PROCESSO  
EDUCACIONAL DAS CRIANÇAS**

**Tabatinga – AM**  
**2022**

**GENILCE BERNAL DA SILVA**

**ABUSO SEXUAL INFANTIL E AS IMPLICAÇÕES NA VIDA E NO PROCESSO  
EDUCACIONAL DAS CRIANÇAS**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC  
apresentado como requisito parcial à obtenção  
do grau de licenciado (a) em Pedagogia pela  
Universidade do Estado do Amazonas.

Orientador(a): Prof<sup>a</sup> Msc. Rosi Meri Bukowitz  
Jankauskas

**Tabatinga – AM  
2022**

**GENILCE BERNAL DA SILVA**

**ABUSO SEXUAL INFANTIL E AS IMPLICAÇÕES NA VIDA E NO PROCESSO  
EDUCACIONAL DAS CRIANÇAS**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC apresentado  
como requisito parcial à obtenção do grau de  
licenciado (a) em Pedagogia pela Universidade do  
Estado do Amazonas.

Aprovado em 26 de junho de 2022

**BANCA AVALIADORA**

---

Prof<sup>a</sup>Ma. Rosi Meri Bukowitz Jankauskas  
Orientador (a) - CESTB

---

Prof<sup>o</sup>. Me. Raimundo Mendes de Souza  
Centro de Estudos Superiores de Tabatinga - CESTB

---

Prof<sup>o</sup>. Esp. Valery Nicolas de Brito Bacellar  
Centro de Estudos Superiores de Tabatinga - CESTB

**Tabatinga – AM  
2022**

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho primeiramente a Deus por que sem Ele não teria finalizado, aos meus filhos e ao meu esposo: pelo estímulo, incentivo e dedicação.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por me permitir acordar toda manhã na certeza de que já sou uma vencedora. Ao meu esposo, amigo e companheiro de vida pela compreensão e incentivo e os meus dois filhos, uma das razões de minha motivação para continuar minha caminhada. Aos colegas, com quem tive o prazer de conviver durante este curso, com os quais compartilhei dias alegres e tristes, desânimos e conquistas, e o desejo de ver um mundo melhor por intermédio da Educação. A todos os professores do Curso, em especial minha orientadora por nos transmitirem conhecimentos e um pouco de suas experiências de vida deixando como legado muitos aprendizados, alguns que levarei para a vida toda. Aos profissionais que nos receberam com gentileza e tolerância em suas Instituições, e colaboraram direta ou indiretamente conosco para vencermos essa difícil, porém compensadora trajetória.

“O Senhor é a minha força e o meu escudo; nele o meu coração confia, e dele recebo ajuda. Meu coração exulta de alegria, e com o meu cântico lhe darei graças.”  
Salmos 28:7.

## **LISTA DE GRÁFICOS**

GRÁFICO 1- Preparado para a identificação de possíveis vítimas de abuso infantil .....	34
GRÁFICO 2- Já presenciou algum aluno que sofre ou sofreu abuso sexual .....	35
GRÁFICO 3- Foi abordado esse assunto na sua formação inicial ou continuada .....	38
GRÁFICO 4- Participação de capacitação para o enfrentamento do abuso sexual infantil ....	39

## **LISTA DE QUADROS**

QUADRO 1- Principais consequências do abuso sexual.....	22
QUADRO 2- Sujeitos do questionário .....	30
QUADRO 3- Motivos para a escolha da profissão .....	31
QUADRO 4- O que é abuso sexual infantil .....	32
QUADRO 5- Quais as dificuldades que você percebe em relação a essa temática .....	39

## **LISTA DE SIGLAS**

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

ONU - Organização das Nações Unidas

CEDECA- Centros de Defesa da Criança e do Adolescente

MEC - Ministério da Educação

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

SEMED - Secretária Municipal de Educação

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino Básico

EJA - Educação de Jovens e Adultos

OMS - Organização Mundial da Saúde

ASC - Abuso Sexual em Crianças

## RESUMO

O presente estudo busca analisar as implicações do abuso sexual no processo educacional de crianças nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental e o olhar do educador sobre o tema. A escolha da temática se deu quando a pesquisadora foi solicitada a visitar a filha e a neta, de uma amiga. E ao realizar a tal visita, ficou sabendo que a neta de 11 anos de sua amiga era abusada pelo avô, depois também pelo tio. A pesquisadora ficou chocada com o relato e pensou que de alguma forma deveria ajudar outras crianças que sofrem abuso sexual, foi aí que surgiu esta pesquisa. Para o desenvolvimento desta pesquisa, optou-se pela abordagem qualitativa. E para o embasamento teórico do tema pesquisado, fez-se uso da pesquisa Bibliográfica, a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros. Para realização deste trabalho buscou-se empregar ainda o método indutivo para uma melhor compreensão da observação dos fenômenos em discussão. Na perspectiva de encontrar dados concretos, que embasem a discussão na interpretação dos elementos acerca da temática, realizou-se também a pesquisa de campo. A coleta de dados desta pesquisa aconteceu sobre duas perspectivas: a realização de questionário com sete professoras dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e entrevista com um gestor. Realizou-se uma análise temática, gerando categorias que possibilitaram compreender os posicionamentos dos professores perante o fenômeno. Esta apontou que nem todos os educadores possuem conhecimento frente ao abuso sexual. Foi observada a necessidade de uma formação de educadores que priorize a sensibilização perante esse tema oferece ferramentas para dirigir um olhar sensível à criança.

**Palavras-chave:** abuso sexual infantil; criança; professor.

## **ABSTRACT**

The present study seeks to analyze the implications of sexual abuse in the educational process of children in the Initial Grades of Elementary School and the educator's view on the subject. The theme was chosen when the researcher was asked to visit the daughter and granddaughter of a friend. And when making such a visit, he learned that his friend's 11-year-old granddaughter was abused by her grandfather, then also by her uncle. The researcher was shocked by the report and thought that somehow she should help other children who suffer sexual abuse, that's when this research came about. For the development of this research, a qualitative approach was chosen. And for the theoretical basis of the researched theme, bibliographic research was used, from material already prepared, consisting mainly of books. In order to carry out this work, we also sought to employ the inductive method for a better understanding of the observation of the phenomena under discussion. In the perspective of finding concrete data, which support the discussion in the interpretation of the elements about the theme, a field research was also carried out. Data collection for this research took place from two perspectives: a questionnaire with seven teachers from the Initial Years of Elementary School and an interview with a manager. A thematic analysis was carried out, generating categories that made it possible to understand the positions of teachers regarding the phenomenon. This pointed out that not all educators are aware of sexual abuse. It was observed the need for a training of educators that prioritizes awareness of this issue and offers tools to direct a sensitive look at the child.

**Keywords:** childish sexual abuse; child; teacher.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 ABUSO SEXUAL INFANTIL E O TRABALHO PREVENTIVO NA ESCOLA .....</b>	<b>13</b>
<b>2.1 A Infância e seu contexto histórico .....</b>	<b>13</b>
<b>2.2 Abuso Sexual Infantil .....</b>	<b>17</b>
2.2.1 Consequências do abuso sexual na infância .....	21
<b>2.3 O professor frente ao abuso sexual infantil .....</b>	<b>24</b>
<b>3 METODOLOGIA DA PESQUISA .....</b>	<b>27</b>
<b>4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>30</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>45</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>47</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Abuso sexual na infância é um assunto que chama a atenção, pois independente de classe social, em todas as faixas etárias é um problema que atinge crianças no mundo todo. Neste sentido realizou-se esta pesquisa intitulada: Abuso sexual infantil e as implicações na vida e no processo educacional das crianças.

Diante do exposto, o objetivo geral desse trabalho é analisar as implicações do abuso sexual na vida e no processo educacional das crianças. E os objetivos específicos são: descrever o que é abuso sexual infantil; compreender como os educadores percebem o tema e sua importância; identificar os encaminhamentos dado pelo professor em casos de violência sexual; conhecer as ações desenvolvidas pela escola no enfrentamento do abuso sexual.

O problema intitulado foi: Quais as implicações na vida e no processo educacional da criança que sofre abuso sexual? Com a hipótese de que: Falta capacitação para o enfrentado de possíveis vítimas de abuso sexual infantil.

Este estudo oferece contribuições para o aluno, mais especificamente a aprendizagem deste, também para professores, gestores. Nesse sentido, o abuso sexual infantil e a incidência dele em crianças têm prejudicado o processo educacional e dimensões do desenvolvimento da criança. Assim torna-se relevante investigar como o abuso sexual pode implicar no processo educacional e compreender como esta criança é percebida.

Neste trabalho utilizou-se a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. Na pesquisa bibliográfica, focou-se na leitura de artigos e livros, de autores (as) que falam sobre o tema, na pesquisa de campo utilizaram-se questionários com os professores. E também entrevista com o gestor. Os dados foram representados em gráficos. Para realização deste trabalho buscou-se empregar ainda o método indutivo para uma melhor compreensão da observação dos fenômenos em discussão. A pesquisa de campo que aconteceu sobre duas perspectivas: à realização de questionário com sete professoras dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e entrevista com um gestor.

O trabalho foi dividido em três capítulos, o primeiro intitula-se: Abuso sexual infantil e o trabalho preventivo na escola; e como subcapítulos: A Infância e seu contexto histórico, Abuso Sexual Infantil, Consequências do abuso sexual na infância e O professor frente ao abuso sexual infantil. O segundo capítulo traz a metodologia e terceiro capítulo a apresentação dos resultados e a análise de dados acerca das respostas obtidas por meio do questionário e entrevista à luz do referencial teórico.

## 2 ABUSO SEXUAL INFANTIL E O TRABALHO PREVENTIVO NA ESCOLA

O presente capítulo trata de uma discussão acerca da violência sexual contra crianças. Na qual irá discutir, num primeiro momento, algumas transformações históricas que contribuíram para a subjetividade atual a respeito da criança e da infância. Sequencialmente, será exposto o que é abuso sexual, consequências cognitivas, emocionais e comportamentais do abuso sexual na infância e, por conseguinte esboça-se a influência e a importância do professor no trabalho preventivo ao abuso sexual infantil na sala de aula.

### 2.1 A Infância e seu contexto histórico

Conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Título I das Disposições preliminares, no Art. 2º “Considera-se criança para efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos [...]” (BRASIL, 1990, p.23).

A infância é uma fase que toda criança necessita de cuidados, atenção e proteção, nesta se configuram as características intelectuais e emocionais. Porém muitas crianças tem a infância roubada, pela violência sexual.

Os relatos históricos descrevem que a infância não era considerada importante, pois as crianças eram tratadas como adultos. Segundo Andrade (2000, p.2) “desde os egípcios e mesopotâmios, passando pelos romanos e gregos, até os povos medievais e europeus, não se considerava a infância como merecedora de proteção especial”.

É interessante que até o início do século XVII os assuntos quanto o ato sexual na presença de crianças era normal. “Os adultos se permitiam tudo diante delas: linguagem grosseira, ações e situações escabrosas” (ARIÈS, 1981, p. 77).

Segundo Mause (1975), apud Toledo (2003) diz que:

[...] o abuso sexual de crianças era muito mais frequente no passado do que hoje em dia. Crescer na Grécia ou em Roma incluía ser usado sexualmente por homens mais velhos. Bordéis de meninos floresciam em todas as cidades da Antiguidade, e meninos escravos eram comumente mantidos para uso homossexual (p.22).

Nota-se nitidamente que situações absurdas aconteciam diante da sociedade contra crianças e eram aceitas por todos como algo comum. Percebe-se que para a sociedade eram práticas normais, a criança era vista como um objeto de prazer.

Com a Modernidade a infância ganha um conceito diferente, surge então à ideia de que “é preciso vigiar as crianças com cuidado, e que essa vigilância contínua seja feita com

doçura e certa confiança, que faça a criança pensar que é amada, e que os adultos só estão ao seu lado pelo prazer de sua companhia. Isso faz com que elas amem a vigilância em lugar de temê-la”. (ARIÈS, 1981, p.88).

A partir desta concepção de vigilância, observa-se um cuidado diferenciado com as crianças, já eram vistas merecedora de carinho, atenção e amor. A sociedade passa a olhar as crianças com respeito.

Revedo a história no Brasil constatamos que a condição da criança nas embarcações portuguesas não foi diferente, pois, era habitual a presença de crianças nas embarcações o que significa que eram expostas a diversas situações de exploração e maus-tratos.

Segundo Bueno (2003, p. 53):

Aos grumetes cabiam as piores tarefas do navio: lavar o convés, limpar excrementos, costurar as velas. “Se não atendem ao segundo toque do apito, os marinheiros descarregavam-lhes grandes golpes de bastão”, escreveu um viajante Pajens e grumetes muitas vezes sofriam abusos sexuais, e mulheres eram vetadas a bordo. As crianças também se viam forçadas a conviver com degredados, criminosos [...].

Entende-se, que foram séculos de sofrimentos e direitos negados. De acordo com Azambuja (2011, p.18) “a partir de 1988, a legislação foi atualizada e perpetrada em consenso com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, consagrando uma nova época na defesa dos indivíduos menores de dezoito anos de idade”. Portanto, partir de 1988 é que a criança é amparada por lei.

Dessa forma, volta-se atenção para a criança; a sexualidade infantil surge como uma preocupação na área da educação e da saúde. Nesse período, a Igreja Católica dissemina a ideia de sexo como um pecado e o considera permitido apenas no matrimônio, como aponta Nunes (1987, p.93).

O sexo é reduzido ao privado e com fim procriativo. À concepção de racionalidade e eficiência burguesa soma-se a produtividade. O sexo subjetivo, humano, prazeroso desaparece. O corpo é negado no trabalho e na repressão sexual. O “eu” corporal não existe; existem, sim, a civilidade e a máscara social. Sobre o sexo nasce a cultura da vergonha e do pecado em níveis tão profundos que nem mesmo a Idade Média tinha conseguido.

Partindo desse pressuposto percebe-se que a concepção de abuso sexual veio surgindo ao longo da história, em meados do século XIX começa a surgir uma preocupação com os interesses e sentimentos da criança. Surge então a preocupação das diversas áreas a Psicanálise, a Pediatria, a Psicologia passaram a estudar os problemas desta etapa da vida,

Ariès (1981, p. 276.) argumenta que “o mundo atual é obcecado pelos problemas físicos, morais e sexuais da infância”.

No final do século XX, por meio das transformações dos saberes pedagógicos e psicológicos, passa-se a compreender a complexidade da criança e a necessidade de estabelecer seus direitos.

Em 1959 na Assembleia Geral da ONU, que se proclamou a Declaração dos Direitos da Criança, que continha dez princípios e um deles defendia o direito à proteção especial às crianças. A Convenção sobre os Direitos da Criança foi ratificada pelo Brasil em 20 de setembro de 1990 e passou a definir como criança, todo o ser humano com idade inferior dezoito anos. (LABADESSA e ONOFRE, p.9, 2010).

Do que foi exposto, podemos inferir que o século XX foi o século que deu um avanço na proteção e reconhecimento da criança com suas particularidades são construídos seus direitos. Nos Artigos 227 e 228 da Constituição Federal, está o dever de proteção de crianças e adolescentes, estabelece o direito à prioridade absoluta (Art. 227, caput), o direito à proteção especial, (Art. 227, § 3º, IV) e o direito de ter respeitada sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento (art. 227, § 3º, V).

Art. 227, caput, CF: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. “Art. 228, CF: “São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial”.

Essa citação expõe claramente o princípio da proteção integral das crianças e adolescentes e o tema da violência sexual tem especial relevância. Aponta a importância atribuída ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes: “Art. 227 – Parágrafo 4º - A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente”.

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA (Lei 8242/1991) foi criado para deliberar e controlar as políticas públicas de promoção, defesa e garantia de direitos e zelar pelos princípios estabelecido no ECA.

Trata-se de um órgão paritário, composto de representantes do poder executivo e das entidades da sociedade civil organizada, além de assegurar a participação dos responsáveis pelas políticas sociais nas áreas de ação social, justiça, educação, saúde, economia, trabalho e previdência social (Decreto nº 5.089, de 20 de maio de 2004 - Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do CONANDA). (MORESCHI, 2018, p. 137).

A esse respeito o artigo 34º da Convenção sobre os Direitos da Criança de 1990, adverte neste sentido especificamente da proteção às situações de violência e exploração sexual de crianças.

Os Estados Partes se comprometem a proteger a criança contra todas as formas de exploração e abuso sexual. Nesse sentido, os Estados Partes tomarão, em especial, todas as medidas de caráter nacional, bilateral e multilateral que sejam necessárias para impedir: a) o incentivo ou a coação para que uma criança se dedique a qualquer atividade sexual ilegal;  
b) a exploração da criança na prostituição ou outras práticas sexuais ilegais;  
c) a exploração da criança em espetáculos ou materiais pornográficos.  
(CONVENÇÃO, 1990).

A partir desses avanços, criaram-se os Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA), nas capitais do país. Surgiram então, algumas instituições com o objetivo de oferecer atendimento especializado a vítimas de violência doméstica.

Essa afirmação é compreendida na medida em que observamos a criação em 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que é apontado por Marcílio (1998, p.51) como o “documento legal que representa uma verdadeira revolução em termos de doutrina, ideias, práxis, atitudes nacionais ante a criança”.

Segundo Cunha (2021, p.3) diz que:

Em 2000, por meio da Lei 9.970, foi instituído o dia 18 de maio como o “Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes” e, anualmente, entidades governamentais, não-governamentais e representantes da sociedade civil aproveitam essa data para, além de formulação de políticas públicas, promover reflexões e debates em torno do tema.

Deve-se salientar, que nesta data dia 18 de maio de 1973, ocorreu o episódio do desaparecimento de uma criança, com oito anos de idade que foi encontrada espancada, estuprada, drogada e morta na cidade de Vitória no Espírito Santo. A morte da menina trouxe, alerta por meio de um dia Nacional de Combate ao Abuso Sexual Infantil.

Segundo dados do disque 100 apontados por Cunha (2021, p. 11) na Cartilha Maio Laranja (atualizado em 12/04/2021), mais de quatro mil casos de denúncias de abuso sexuais físicos empreendidos contra crianças e adolescentes foram registrados no ano de 2020. Isso sem contabilizar os estupro e exploração sexual contra crianças e adolescentes.

Cabe lembrar que os dados apontados ainda podem ser mínimos diante do real problema, acredita-se que em muitos casos ainda prevaleça a lei do silêncio. Os números de

incidências podem ser ainda maiores, porém muitos não denunciam por medo da reação do agressor ou por vergonha.

Segundo Brino e Willians (2003, p. 115) “A violência por abuso sexual é mais difícil de ser identificada por não apresentar na maioria dos casos, marcas físicas”. Portanto acredita ser necessária a união da sociedade com as autoridades governamentais para que tanto no aspecto moral, físico e psíquico a crianças desfrute qualidade de vida.

O Brasil foi pioneiro ao elaborar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990. Considerado um importante instrumento legal voltado à garantia dos direitos das crianças e adolescentes. É um marco legal histórico e o ponto de partida para a promoção, elaboração e execução de políticas públicas voltadas à prevenção de crimes como o abuso sexual contra crianças e adolescentes.

Por sua vez, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), criado pela Lei 8.242/1991, é o principal órgão do sistema de garantia de direitos previsto pelo ECA. Cabe a ele aprovar documentos que norteiem as políticas públicas nessa área, como o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, de 2014.

Diante deste breve histórico e análise da história da criança, acredita-se que a prevenção é um dos eixos do plano, que preconiza o envolvimento das diferentes mídias em campanhas sobre a temática, o fortalecimento da rede familiar e comunitária e a inserção das escolas nessas mobilizações.

## **2.2 Abuso Sexual Infantil**

O abuso sexual infantil é mais comum do que muitos pensam, e muitas crianças estão gritando por socorro, são gritos silenciosos que vêm do interior do coração, porém às vezes a família, o professor, os amigos não sabem identificar os sinais ou comportamentos que essas crianças apresentam.

E quando os casos são descobertos o agressor não denunciado, muitos casos são abafados ficando impune, às vezes o abusador faz parte da família, outros, a criança tem medo de denunciar. Tudo isso aumenta o drama da criança violentada, pois ela sofre sem saber onde pedir ajuda.

De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2005, p.64):

O abuso sexual é um assunto delicado e preocupante. Delicado, porque envolve crianças e adolescentes que são subjugados à força, seja ela moral ou física, e

violadas num dos aspectos mais íntimos e profundos da vida humana, que é a sexualidade. É preocupante porque, por envolver tabus sociais como o incesto, sua ocorrência é frequentemente mantida num silêncio absoluto, dificultando que a pessoa vítima do abuso seja ajudada.

Pressupõe-se que a sociedade em geral, juntamente com as autoridades governamentais deva preocupar com a qualidade de vida da criança, tanto no aspecto moral, físico e psíquico. É um crime que sempre existiu na sociedade, mas sempre foi mantido em segredo por muitos, por mais que seja escondido, o mesmo acarreta culpa vergonha e medo na vítima.

Geralmente o silêncio das vítimas faz com que o abusador sinta seguro e volte a cometer a violência sexual. Este sentimento de confiança torna mais fácil encobrir o crime e geralmente esses indivíduos assustam ou ameaçam a criança para que se mantenha calada a continuarem com os abusos.

Referindo-se aos tipos de abusadores, segundo Moltedo e Miranda (2004, p. 29-30), podemos classificar dois grupos de abusadores:

O primeiro grupo está os abusadores obsessivos ou pedófilos este é identificado como aquele que atua com mais frequência no nível extrafamiliar, seria aquele sujeito que o abuso faz parte do ciclo de vida, é costumado abusar de várias crianças, apresentando uma compulsão crônica e repetitiva. São indivíduos que apresentam uma atração sexual, quase exclusiva, por crianças. Geralmente quando praticam o ato sexual com adultos não, se sentem satisfeitos.

O segundo grupo é o dos abusadores regressivos, acontecendo mais no nível intrafamiliar. São homens sofrem de crise existencial, caracterizados por sentimentos depressivos e angústia, por exemplo, por conflitos conjugais, separação ou divórcio, fracassos profissionais, entre outras causas e reagem abusando sexualmente de uma criança num momento de crise existencial. Sua sexualidade está orientada preferencialmente para os adultos, aparecendo à excitação sexual por crianças como resultado de um descontentamento psíquico.

Contudo para Sanderson (2005, p, 240) “o pedófilo pode ser qualquer pessoa - homens ou mulheres, ou crianças mais velhas. Pode ser um dos pais, um parente, um vizinho, um amigo de família, um professor ou um médico. Em muitos aspectos, abusadores sexuais de crianças são pessoas comuns que a criança encontra em sua vida cotidiana”.

De um modo geral, pode-se concluir que tanto o abusador obsessivo quanto o regressivo podem estar em qualquer lugar: no ciclo familiar, dentro de casa, na escola, na igreja, etc. E são pessoas que jamais pensaríamos serem capazes de praticar um ato tão doloroso a uma criança inocente.

Dessa maneira é difícil identificar um abusador, pois não vem estampado no rosto. Às vezes até questionamos por que tal pessoa foi capaz de violentar uma criança. Esses

abusadores apresentam certas características que aparecem como fatores que condicionam e explicam seu comportamento doentio.

Segundo, Moltedo e Miranda (2004, p. 29) os abusadores apresentam características como:

História de maus-tratos, abandono ou abuso sexual; carência de vinculação afetiva na infância e/ou institucionalização; ignorância sobre as características do desenvolvimento evolutivo e sexual da criança e de suas necessidades; história de ruptura familiar; baixa autoestima e sentimentos de infelicidade; habilidades sociais pobres, impulsividade; baixa compreensão da conduta infantil; baixa tolerância ao estresse e isolamento; elevadas exigências de capacidade aos filhos e expectativas pouco realistas acerca do desenvolvimento infantil; depressão nas mães; mães com insuficiente apoio conjugal, familiar e social.

Constata-se dessa forma que, na maioria dos casos, os abusadores sexuais, apresentam algum tipo de transtorno psicológico, mais não demonstram algum tipo de transtorno. Realizam suas atividades do dia a dia. Em síntese, o abusador é uma pessoa comum, que não apresenta nenhum vestígio externo e que não se diferencia em nada de outros homens da sociedade.

Portanto, não depende de classe social, depende muito do histórico de vida desse abusador, seu marco diferencial neste caso não é tanto uma aparência física um comportamento sintomático, como costuma acontecer com outros tipos de transtornos psíquicos; o diferencial é sua história de vida, seu passado, marcado por alguns ou vários dos fatores anteriormente mencionados.

O abuso sexual pode ser definido, como “qualquer interação, contato ou envolvimento da criança em atividades sexuais que ela não compreende, não consente, violando assim as regras sociais e legais da sociedade” (PIRES, 1999 apud BRINO; WILLIANS, 2003, p. 114).

Segundo Moreschi, (2018. p. 42):

O abuso sexual é a utilização da sexualidade de uma criança ou adolescente para a prática de qualquer ato de natureza sexual. O Abuso Sexual é geralmente praticado por uma pessoa com quem a criança ou adolescente possui uma relação de confiança, e que participa do seu convívio. Essa violência pode se manifestar dentro do ambiente doméstico (intrafamiliar) ou fora dele (extrafamiliar).

Entende-se que esse crime configura uma invasão à sexualidade e à integridade física e mental da criança ou adolescente, a violência sexual pode ocorrer com contato físico, ou sem o uso da violência física, causando danos em qualquer das situações. Seja qual for forma com que foi praticado, o abuso sempre deixa algum tipo de dano emocional.

No Guia de referência: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual Santos e Ippolito (2009) retratam três modalidades de abuso sexual infantil acreditando-se que

tem potencial para contribuir de forma mais eficaz para o estabelecimento de estratégias de enfrentamento da violência sexual, tais como a prevenção e a responsabilização dos autores.

Segundo Santos e Ippolito (2009) os tipos de abuso sexual são:

- Abuso sexual intrafamiliar, também chamado de abuso sexual incestuoso, é qualquer relação de caráter sexual entre um adulto e uma criança ou adolescente ou entre um adolescente e uma criança, quando existe um laço familiar (direto ou não) ou quando existe uma relação de responsabilidade. (Cohen, 1993; Abrapia, 2002). [...].
- Abuso sexual extrafamiliar é um tipo de abuso sexual que ocorre fora do âmbito familiar. Também aqui o abusador é, na maioria das vezes, alguém que a criança conhece e em quem confia: vizinhos ou amigos da família, educadores, responsáveis por atividades de lazer, médicos, psicólogos e psicanalistas, líderes religiosos. Eventualmente, o autor da agressão pode ser uma pessoa totalmente desconhecida. Os exemplos são os casos de estupros em locais públicos. [...].
- Abuso sexual em instituições de atenção à criança e ao adolescente é uma modalidade de abuso similar aos tipos já mencionados. Ocorre em espaços institucionais como ambulatórios médicos, hospitais, escolas, instituições governamentais e não-governamentais encarregadas de prover, proteger, defender, cuidar e aplicar medidas socioeducativas às crianças e adolescentes. [...]. (SANTOS; IPPOLITO, 2009, p.28-29).

Percebe-se que tais situações se constituem como abuso sexual, podendo acontecer de forma conjunta, ou só uma delas, quer sejam efetuadas em um único episódio, repetidas ocasiões ou até em forma crônica por muitos anos.

Segundo Santos e Ippolito (2009) existem diversas maneiras de acontecer o abuso sexual intra e/ou extrafamiliar. Podendo ser sem contato físico que são práticas sexuais que não envolvem contato físico:

- O assédio sexual caracteriza-se por propostas de relações sexuais. Baseia-se, na maioria das vezes, na posição de poder do agente sobre a vítima, que é chantageada e ameaçada pelo autor da agressão.
- O abuso sexual verbal pode ser definido por conversas abertas sobre atividades sexuais, destinadas a despertar o interesse da criança ou do adolescente ou a chocá-los. (Abrapia, 2002).
- Os telefonemas obscenos são também uma modalidade de abuso sexual verbal. A maioria deles é feita por adultos, especialmente do sexo masculino. Eles podem gerar muita ansiedade na criança, no adolescente e na família. (Abrapia, 2002).
- O exibicionismo é o ato de mostrar os órgãos genitais ou se masturbar em frente a crianças ou adolescentes ou dentro do campo de visão deles. A experiência pode ser assustadora para algumas crianças e adolescentes. (Abrapia, 2002).
- O voyeurismo é o ato de observar fixamente atos ou órgãos sexuais de outras pessoas quando elas não desejam ser vistas, obtendo o observador satisfação com essa prática. A experiência pode perturbar e assustar a criança e o adolescente. (Abrapia, 2002). Nas relações sexuais entre adultos, o voyeurismo pode ser uma prática sexual consentida.
- A pornografia pode ser categorizada tanto como uma forma de abuso quanto de exploração sexual comercial. Mostrar material pornográfico à criança ou

ao adolescente é considerado um ato de abuso sexual. Contudo, levando-se em consideração que, na maioria das vezes, o objetivo da exposição da criança ou do adolescente é a obtenção de lucro financeiro, a pornografia deve ser compreendida como exploração sexual comercial. (SANTOS; IPPOLITO 2009, p. 30-31).

E também com contato físico:

Abuso sexual com contato físico são os atos físico-genitais que incluem carícias nos órgãos genitais, tentativas de relações sexuais, masturbação, sexo oral, penetração vaginal e anal. Eles podem ser legalmente tipificados em: atentado violento ao pudor, corrupção de menores, sedução e estupro. Existe, contudo, uma compreensão mais ampla de abuso sexual com contato físico que inclui contatos “forçados” como beijos e toques em outras zonas corporais erógenas (SANTOS; IPPOLITO, 2009, p. 31).

A citação permitiu-nos entender o abuso nas seguintes vertentes: pode vim associado a chantagens e ameaças a fim de obter uma relação sexual; com conversas sobre sexo, facilmente as crianças têm acesso ou possui um celular, e através de uma simples mensagem no celular ou uma foto o abusador pode começar a despertar a curiosidade na criança sobre algo que ela não tem conhecimento; com carícias e exibição, que é onde o abusador mostra seus órgãos genitais ou começa a tocar nas partes íntimas da criança.

“Qualquer menino ou menina pode ser vítima de abuso sexual. Não existe um perfil ou característica específica que determine a ocorrência de maus-tratos em um tipo de criança e não em outros.” [...] (OSSANDÓN, 2002, p.5).

Em seu comentário os autores observam que não existe um perfil para as ocorrências, foram identificadas algumas características que constituem fatores de risco para ocorrência de Abuso Sexual Infantil: “Falta de educação sexual; baixa autoestima; necessidade de afeto e/ou atenção; criança com atitude passiva; dificuldades no desenvolvimento assertivo; tendência à submissão; baixa capacidade de tomar decisões; criança isolada; timidez ou retraimento”. (OSSANDÓN, 2002, p. 5). Conforme pode ser verificado o abuso sexual tem causas diversas atribuídas a uma série de fatores sociais, culturais e econômicos. Por isso, o combate requer uma resposta abrangente que leve em conta a complexidade desse crime.

### 2.2.1 Consequências do abuso sexual na infância

No decorrer da história da humanidade, a negligência contra a criança, foi um dos pontos marcantes em nossa cultura, pouco se discutia o assunto e conseqüentemente não se enxergava as conseqüências causadas as crianças.

O abuso sexual está presente em toda a história do ser humano, independentemente da classe social, religião ou cor/raça. A criança abusada sexualmente sofre impacto muito grande e esse impacto não é apenas na vida sexual, mas também no lado emocional e psicológico. Na maioria dos casos a vítima sofre algum tipo de ameaça, provocando, diversas consequências psicológicas nos indivíduos que passaram por essa situação na infância.

A psicóloga Valeria Arredondo Ossandón relata no quadro a seguir algumas das principais consequências do abuso sexual infantil:

**Quadro 1 - Principais consequências do abuso sexual**

Consequências Emocionais	Consequências Cognitivas	Consequências Comportamentais
<b>Curto prazo ou período inicial</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sentimentos de tristeza e desamparo</li> <li>• Mudanças repentinas de humor</li> <li>• Irritabilidade</li> <li>• Rebelião</li> <li>• Vários medos</li> <li>• Vergonha e culpa</li> <li>• Ansiedade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Baixo desempenho escolar;</li> <li>• Dificuldades de atenção e concentração;</li> <li>• Desmotivação para o dever de casa;</li> <li>• Desmotivação geral</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comportamentos agressivos</li> <li>• Rejeição de figuras adultas</li> <li>• Marginalização</li> <li>• Hostilidade para com o agressor</li> <li>• Medo do agressor</li> <li>• Gravidez precoce</li> <li>• Doenças sexualmente transmissíveis</li> </ul>
<b>Em médio prazo</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Depressão mascarada ou evidente;</li> <li>• Transtornos ansiosos;</li> <li>• Distúrbios do sono: terror noturno, insônia;</li> <li>• Transtornos alimentares: anorexia, bulimia, obesidade;</li> <li>• Distorção do desenvolvimento sexual;</li> <li>• Medo de expressão sexual;</li> <li>• Tentativas de suicídio ou ideias suicidas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Repetência escolar;</li> <li>• Distúrbios de aprendizagem.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fugas do lar;</li> <li>• Evasão escolar;</li> <li>• Ingestão de drogas e álcool;</li> <li>• Inserção em atividades criminosas;</li> <li>• Interesse excessivo em jogos sexuais;</li> <li>• Masturbação compulsiva;</li> <li>• Gravidez precoce; Doenças sexualmente transmissíveis.</li> </ul>

(continuação).

Consequências Emocionais	Consequências Cognitivas	Consequências Comportamentais
<b>Em longo prazo</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Disfunções sexuais</li> <li>• Baixa autoestima e baixo autoconceito</li> <li>• Estigmatização: sentir-se diferente dos outros</li> <li>• Depressão</li> <li>• Vários distúrbios emocionais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fracasso escolar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prostituição;</li> <li>• Promiscuidade sexual;</li> <li>• Alcoolismo;</li> <li>• Dependência de drogas</li> <li>• Crime;</li> <li>• Desajustamento social;</li> <li>• Relações familiares conflitantes;</li> </ul>

Fonte: Ossandón, (2002, p. 6).

No que diz respeito às consequências do abuso sexual infantil, está implícito: as crianças que passam ou passaram esse tipo de violência carregarão por toda a vida as consequências de um ato que comprometerá, sem dúvida, seu desenvolvimento psíquico, social, familiar e até mesmo religioso. A depender de onde parta a agressão, suscitará na criança desconfiança em relação a si mesma, aos familiares, às pessoas próximas e em geral e, muitas vezes, uma revolta afetiva, social e religiosa.

Compreende-se que o desenvolvimento da criança está ligado às consequências emocionais, cognitivas e comportamentais, percebe-se ainda que a afetividade também esteja vinculada ao desenvolvimento cognitivo, e pode ser abalada quando a criança é abusada por alguém em quem ela confia.

Ter vivido um trauma físico e psicológico faz com que a vítima questione sua capacidade de defender-se... Ela aprende a odiar seu corpo porque ele a faz lembrar de más experiências. Ela tem respostas dissociadas, apresenta dificuldade de intimidade e é emocionalmente distante. Ela aprende que não pode controlar seu corpo e que outra pessoa pode tocá-la sem o seu consentimento. Ela não confia na sua memória, nos seus pensamentos e no seu senso de realidade. Essas consequências afetam não só a vítima, mas também a sociedade em geral porque uma criança traumatizada torna-se eventualmente um adulto que pode adotar comportamentos agressivos ou passivos para resolver as situações e o estresse." (BLANCHARD, 1996, p.7)

Portanto, diante dessas situações, que os profissionais que lidam com crianças e adolescentes precisam estar atentos sensibilizados e capacitados para atuar, e identificar o sinal dado pelas vítimas. Quanto mais cedo e precoce começam a ocorrer os abusos piores os efeitos; a criança não reconhece nem o próprio eu, não é capaz de identificar o próprio corpo,

se a vitimização física e sexual passa a ocorrer antes desta primeira diferenciação mais difícil será à criança reconhecer e identificar seu próprio eu.

Estas transformações que marcam a vida dos sujeitos no decorrer de sua história estão relacionadas a um processo de mudança social, política, econômica e cultural. Conclui-se que os casos de indícios de abuso sexual infantil têm afetado, inquestionavelmente, além da criança e adolescentes, sua família e àqueles que fazem parte do círculo social deixando marcas irreversíveis em suas vidas.

### **2.3 O Professor Frente ao Abuso Sexual Infantil**

Quantas crianças desejariam gritar aos quatro ventos, pedindo socorro, mas não sabem como pedir ajuda, às vezes por falta de confiança não abrem o coração. A violência sexual infantil é uma epidemia silenciosa, a história pode ter diferentes contextos. Contudo, as vítimas costumam serem as mais fracas, como as crianças.

A criança passa por consequências que perpetuam ao longo de sua vida, sendo importante a intervenção o mais rápido possível, pois os efeitos ocasionam problemas no desenvolvimento e crescimento da criança. E a escola é uma segunda casa para criança, visto passar grande parte do seu tempo na mesma.

Como educador o professor precisa ampliar seus conhecimentos quanto ao abuso sexual infantil, pois o mesmo só ajudará o aluno se souber criar estratégias, formando um ambiente confortável, onde a criança se sinta segura e abraçada, criando um relacionamento de confiança, a fim de que ela se sinta livre para falar e expor seus sentimentos.

Quanto à importância do diálogo sobre a orientação sexual, o material do MEC intitulado Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) - aborda o trabalho da orientação sexual com crianças e jovens:

[...] trata-se de favorecer a apropriação do corpo, promovendo a consciência de que seu corpo lhes pertence e só deve ser tocado por outro com seu consentimento ou por razões de saúde e higiene. Isso contribui para o fortalecimento da autoestima, com a consequente inibição do submetimento ao outro (BRASIL, 1998, p. 293).

Dessa forma, a conscientização por parte do professor sobre o assunto da sexualidade alertando sobre toques inapropriados, brincadeiras com as partes íntimas, levará a criança a ficar atenta e menos propícia a ser persuadida e enganada por um abusador. Acredita-se que o

diálogo seja uma forma de passar informações para que a criança seja capaz de compreender e identificar situações como o abuso sexual.

De acordo com Santos e Ippolito (2011):

[...]quando desenvolvida em ambiente saudável, a sexualidade, tanto como direito quanto como conhecimento, é uma aliada formidável para a prevenção do abuso e da exploração sexual. Por isso, faz-se necessário considerá-la como um aspecto relevante do desenvolvimento humano em geral, e de crianças e adolescentes em particular, e não como um tabu. A escola tem papel fundamental nesse processo de esclarecimento, devendo, os educadores, estar atentos e se prontificando a ouvir as necessidades de crianças e adolescentes nessa complexa etapa de seu desenvolvimento. A partir da escuta atenta e da realização de ações psicopedagógicas de auxílio aos professores, poderão ser implementadas orientações apropriadas acerca da matéria para estudantes e pais. Por consequência, detentores de tais conhecimentos, esses adolescentes terão a oportunidade de trilhar um percurso de crescimento cognitivo, emotivo, relacional e sexual sereno e harmonioso, contribuindo para minimizar os vários tipos de preconceitos que ainda permeiam a sociedade, inclusive sobre a diversidade de orientação sexual. (SANTOS; IPPOLITO, 2011, p.17)

Diante do que foi exposto, é fundamental o conhecimento dos professores, dentro das escolas, em face das manifestações de sintomas de abuso e sexual dos alunos. A escola, por meio de seus profissionais, deve transmitir todo esclarecimento quanto à sexualidade, tendo a certeza que esses conhecimentos poderão mudar a história de vida de crianças e adolescentes que estão passando ou talvez ainda vão sofrer abuso sexual.

Gagliotto e Vagliati (2014) destacam que:

A escola deve e pode ser uma parceira de peso dentre todas as pessoas comprometidas com a luta contra a violência sexual, no sentido de ajudar a romper o pacto de silêncio que cerca essa violência. Seu papel se constitui na prevenção do problema - ajudando as crianças e suas famílias a lidarem de forma consciente com a sexualidade -, como também na identificação, auxiliando, no caso de detectar essa agressão, a encaminharem ao atendimento adequado para que voltem a ter uma vida mais saudável e feliz. (GAGLIOTTO;VAGLIATI, 2014, p. 09)

Dessa maneira a escola tem um trabalho importante para fazer através das atividades educativas gerando informações que auxiliam tanto as crianças como também os familiares, que são leigos no assunto e precisam de orientações, entre outros grupos da sociedade. Dessa maneira, os educadores ficarão mais próximos dos familiares e terão acesso a detalhes sobre os tipos de abusos sexuais que as crianças enfrentam.

Infere-se, pois, que:

[...]. Aos educadores, cabe acolher as manifestações da sexualidade infantil e sua curiosidade sexual, suprimindo as lacunas de informação, muitas vezes decorrentes da falta de orientação e de diálogo na família. Esse trabalho se dá em todos os momentos e espaços de convívio do adulto com a criança, não apenas em horários e locais predeterminados. O educador precisa estar sensibilizado e capacitado para

observar a criança, perceber suas manifestações de sexualidade e responder às questões formuladas usando linguagem simples, adequada a cada faixa etária, considerando as singularidades, respeitando os limites e as possibilidades de compreensão de cada um. Cada educador deve usar sua capacidade criativa e afetiva para encontrar uma forma de se aproximar dos estudantes. (SANTOS; IPPOLITO 2011, p.55)

Compreende-se que no processo de ensino e aprendizagem a escola precisa de apoio dos professores para suprir necessidades sobre as informações e orientações fundamentais para prevenção contra o abuso sexual. O educador necessita ter um olhar especial para a criança e estar atento ao convívio familiar de seus estudantes, pois, em muitos casos a família ou qualquer pessoa que saiba do abuso não contribui com as autoridades ou com a escola. Muitas das vezes por medo ou por vergonha deixam as crianças sofrendo nas mãos dos abusadores e uma aproximação por parte dos professores com a criança pode contribuir para interrupção do abuso sexual.

A partir dessa perspectiva, o Governador do Estado de São Paulo e a Assembleia Legislativa decretam e promulgam nova lei com medidas de prevenção e combate ao abuso infantil. Em seu artigo a Lei nº 17.337/2021 dispõe:

**Artigo 1º** - Com o fim de propiciar às crianças e adolescentes conteúdo e treinamento para que possam identificar previamente e prevenir situações de violência intrafamiliar e abuso sexual serão asseguradas, aos alunos do ensino fundamental e do ensino médio, aulas de capacitação com conteúdo que estimule a conscientização, a identificação e a prevenção à situação de violência intrafamiliar e abuso sexual, em linguagem apropriada e adequada para cada ciclo de ensino.

**§1º** - As aulas a que se refere o “caput” deverão ser ministradas por profissionais capacitados, podendo ser professores, psicólogos, psicopedagogos ou assistentes sociais.

**§2º** - Os professores, psicólogos, psicopedagogos ou assistentes sociais que não possuírem a capacitação referida no §1º deste artigo poderão receber formação complementar, que poderá ser realizada na Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação “Paulo Renato Costa Souza” – EFAPE, ou em outro estabelecimento adequado, conforme determinação do Poder Executivo.

Diante do exposto, os temas serão abordados em linguagem apropriada e adequada para cada ciclo de ensino. Além disso, a lei possibilita que os educadores que ainda não possuírem capacitação para ministrar conteúdos sobre o tema, possam receber formação complementar em estabelecimentos apropriados. Essa construção de um trabalho educativo se mediante ao Projeto de lei nº 647, de 2020, da Deputada Dra. Damaris Moura – PSDB.

Entende-se, que os professores devem compreender as questões sobre ao abuso sexual infantil e através de seus conhecimentos de forma criativa a sexualidade, de forma natural sendo capazes de dialogar sobre o assunto, podendo ajudar crianças a conhecer o próprio corpo, promovendo prevenção e proteção contra abuso sexual infantil.

### 3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa de campo do presente trabalho foi realizada em duas escolas da Rede Municipal de Educação de Tabatinga do Estado do Amazonas. Foram aplicados a sete professoras e um gestor. As professoras tiveram um prazo de dez dias para responder as questões. O nome das professoras e do gestor não será divulgado, por uma questão de ética. Serão titulados como professora A B, C, D, E, F e G, e Gestor.

Por se tratar de um tema delicado não serão divulgados os nomes das escolas. De um modo geral, ambas as escolas são entidades educacionais públicas gerenciadas pela Prefeitura Municipal de Tabatinga, através da Secretária Municipal de Educação – SEMED e mantida pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino Básico – FUNDEB. Enquanto instituições educacionais, ambas integram o Sistema Municipal de Ensino. Com funcionalidade nos três horários (matutino, vespertino e noturno) atendendo a Educação Infantil (quatro e cinco anos), o Ensino fundamental: Anos Iniciais e Finais (1º ao 9º ano) e a Educação de Jovens e Adultos – EJA, para aqueles que estão fora da idade/série.

As escolas foram escolhidas pelo motivo da participação do estágio curricular, possibilitando um grande acesso à escola e ao ensino, pelo contato e afinidade com grande parte dos funcionários. Assim construiu-se uma amizade com todos que fazem parte do quadro de funcionários.

Esta pesquisa traz um olhar reflexivo sobre o abuso sexual infantil as implicações na vida e no processo educacional das crianças. Sendo assim diante de uma pesquisa a ser investigada com grandes números de elementos, a pesquisadora fez um recorte para determinar a amostra, tomando como referência a disponibilidade de permanecer na escola durante a pesquisa de campo. Dessa forma, acredita-se que esta pesquisa contribuirá com as escolas e docentes trazendo uma reflexão quanto ao cuidado com as crianças e a responsabilidade com educação enquanto professores.

A investigação desenvolveu-se por meio da linha de pesquisa: “Cultura; educação e escola”; compreende-se que em uma escola exista diferentes sujeitos, culturas, valores, gêneros, personalidades. Uma vez que é missão de cada instituição, procurar da melhor forma fazer com que tanto os educadores quanto os educandos tenham uma boa relação e convivência durante o processo de ensino e aprendizagem, entende-se que não é fácil fazer com que isso aconteça, no entanto é preciso, para que haja na instituição harmonia e respeito.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, optou-se pela abordagem qualitativa. Segundo Fonseca, (2008, p. 21) afirma que: “A pesquisa qualitativa responde a questões muito

particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”.

E para darmos embasamento teórico do tema pesquisado, fez-se uso da pesquisa Bibliográfica que segundo Gil (1999, p. 65), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, ao que completa Marconi e Lakatos (2003, p. 158), “a pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados ao tema”.

Para realização deste trabalho buscou-se empregar ainda o método indutivo para uma melhor compreensão da observação dos fenômenos em discussão. “[...] É o método cujo procedimento de raciocínio estabelece uma análise de dados particulares encaminhando-se para noções gerais”. (FONSECA, 2008, p. 101).

Na perspectiva de encontrar dados concretos, que embasem a discussão na interpretação dos elementos acerca da temática, realizou-se também a pesquisa de campo, que segundo Gil (2002, p.53), “tipicamente, o estudo de campo focaliza uma comunidade [...] para captar suas explicações e interpretações”, nesse sentido procurou-se manter contato direto com a instituição de ensino, onde foram coletados dados que subsidiaram a pesquisa através da aplicação de instrumentos propícios.

A coleta de dados desta pesquisa aconteceu sobre duas perspectivas, a saber: realização de questionário com as professoras do ensino fundamental e entrevista com um gestor. O questionário, segundo Gil (1999, p.128) pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”.

O questionário foi estruturado com os seguintes tópicos: Formação acadêmica, sexo, tempo de trabalho no magistério, por que da escolha de ser professor (a), o que é abuso sexual infantil, preparação para a identificação de possíveis vítimas de abuso infantil, se já presenciou algum aluno que sofre ou sofreu abuso sexual, como saber se uma criança foi vítima de abuso, que fatores apontam que a criança sofre abuso sexual, se foi abordado esse assunto na formação inicial ou continuada, se já participou de capacitação para o enfrentamento do abuso sexual infantil, quais as dificuldades que se percebem em relação a essa temática, registros em sala de aula de seus alunos e como os professores podem ajudar em sala de aula uma criança com suspeita de abuso sexual.

Como segunda técnica foi à realização de entrevista com o gestor de uma das instituições, que de acordo com Gil (2002):

Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação. (GIL, 2002, p. 109).

Sendo assim, buscou-se investigar a formação do mesmo o tempo que exerce o cargo de gestor e há quanto tempo é professor, como compreende a importância do trabalho preventivo ao abuso sexual infantil no ambiente escolar. Também foi perguntado quanto à responsabilidade da escola quanto ao abuso sexual infantil, se já presenciou ou recebeu em sua escola algum aluno que sofreu abuso sexual, a orientação da escola se houver suspeita ou confirmação de casos de abuso sexual, se a escola trabalha ação de prevenção quanto ao tema do abuso sexual infantil.

Na sequência apresentam-se os resultados coletados. E de posse dos dados coletados através das técnicas empregadas para o desenvolvimento dessa pesquisa, foram realizadas leituras dos teóricos que se tornam relevantes para o desenvolvimento da mesma, pois Ludke (apud PATTON, 1980, p. 42) ressalta que: “a análise de dados qualitativos é um processo criativo que exige grande rigor intelectual e muita dedicação. Não existe uma forma melhor ou mais correta. O que se exige são sistematização e coerência do esquema escolhido com o que pretende o estudo”.

#### 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Analisou-se o conteúdo dos dados adquiridos, procurando fundamentos teóricos de autores, que auxiliem a interpretação dos dados a partir das opiniões expressas pelos sujeitos da pesquisa nas respostas. O processamento dos dados será mensurado em gráficos e quadros permitindo a interpretação das informações inerentes à temática.

São informações captadas para atribuir relevância a este trabalho e aprofundamento da pesquisa através de análises que possibilitaram registros escritos, de forma quantitativa e qualitativa.

**Quadro 2 -** Sujeitos do questionário

<b>PARTICIPANTES</b>	<b>SEXO</b>	<b>FORMAÇÃO</b>	<b>TEMPO DE PROFISSÃO</b>
Professora A	Feminino	Pedagogia	6 a 10 anos
Professora B	Feminino	Pedagogia	11 a 20 anos
Professora C	Feminino	Pedagogia	11 a 20 anos
Professora D	Feminino	Matemática	11 a 20 anos
Professora E	Feminino	Pedagogia	11 a 20 anos
Professora F	Feminino	Pedagogia	6 a 10 anos
Professora G	Feminino	Pedagogia	11 a 20 anos

Fonte: SILVA, 2022.

Diante do quadro 2 é possível identificar que o questionário foi respondido por professoras, sendo seis com formação em Pedagogia e uma em Matemática, pode-se considerar também que nesse quadro está caracterizado que todas têm vasta experiência, pois nenhuma tem menos que seis anos de trabalho docente no campo educacional, cinco dessas professoras estão trabalhando há cinco anos na área da educação.

Segundo Tardif (2000, p.210) afirma que:

Se uma pessoa ensina durante trinta anos, ela faz não simplesmente alguma coisa, ela faz também alguma coisa, de si mesma: sua identidade carrega as marcas de sua própria atividade, e uma boa parte de sua existência é caracterizada por sua atuação profissional. Em suma, com o passar do tempo, ela tornou-se – aos seus próprios olhos e aos olhos dos outros – um professor, com sua cultura, seu éthos, suas idéias, suas funções, seus interesses etc.

Constata-se dessa forma que o professor conforme os anos de experiência carregam marcas de sua identidade e sua vida é caracterizada por sua profissão. A sucessão de anos, dias e horas é importante na edificação dos saberes que servem de base ao trabalho professor, podendo oferecer experiência para um trabalho excelente, além de permitir que conheça de forma mais profunda seus alunos e a comunidade que a escola está inserida.

Conforme, o questionário veio a seguinte pergunta: Por que escolheu ser professor (a)? Aos que responderam o motivo, contemplam-se no quadro a seguir o resultado da pergunta.

**Quadro 3 - Motivos para a escolha da profissão**

<b>PARTICIPANTES</b>	<b>MOTIVOS DESCRITOS PELAS PROFESSORAS</b>
Professora A	Pela maior oportunidade e oferta de emprego.
Professora B	Gosto de educação.
Professora C	Por gostar de criança.
Professora D	Por gostar de números.
Professora E	Pela oportunidade de exercer uma carreira profissional que tem por objetivo contribuir melhorias na vida de muitas pessoas.
Professora F	Minha família está bastante ligada à educação e como tinha a mãe como professora, fui vivendo e tomando gosto por esta nobre missão de ser educadora. Desde criança brincava em ser professora.
Professora G	Identificação com a profissão.

Fonte: SILVA, 2022.

Os dados evidenciaram que há situações em que a escolha pela carreira profissional decorre das condições materiais de existência. Nem sempre ocorre, pela identificação com a profissão docente, nesse caso a professora G escolheu a carreira por se identificar com a profissão, conforme pode ser verificado nas respostas acima, a professora A optou pela profissional pela maior oportunidade e oferta de emprego; a professora B por que gosta da área da educação, a professora C por gostar de criança, a professora D por gostar de números.

Temos na fala da professora E, uma acentuada importância no processo de ensino e aprendizagem, disse que escolheu pela oportunidade de exercer uma carreira profissional, objetivo é contribuir na vida de muitas pessoas.

Nas afirmações da professora destaca a influência familiar em sua escolha. Uma delas destaca a valorização do magistério por sua mãe, a qual em seu crescimento brincava de ser professora e decidiu pela da mesma profissão da mãe. Para Fanfani (2005, p. 65), a profissão do professor é “endogâmica”, ou seja, há uma tendência dela de “reproduzir-se no interior das configurações familiares”.

Entretanto, mesmo por motivos diferenciados no momento da escolha profissional, as professoras desenvolvem um trabalho com dedicação a carreira, como também, o vínculo afetivo com os alunos, fatores que sinalizam a opção de permanência no magistério.

Os pesquisados foram indagados quanto ao seu entendimento acerca do conceito de abuso sexual infantil, verificam-se os dados no quadro abaixo:

**Quadro 4 - O que é abuso sexual infantil?**

<b>PARTICIPANTE</b>	<b>RESPOSTAS</b>
Professora A	É infligir o direito da criança.
Professora B	Violência sem igual.
Professora C	Violência sem igual.
Professora D	Palavras, gestos e toques de cunho sexual creio que possam ser considerados uma forma de abuso.
Professora E	Um ato de violência que prejudica todos os aspectos do desenvolvimento da criança.
Professora F	São atos de violação sexual, onde a criança muitas vezes é obrigada a fazer algo que foge do seu processo de desenvolvimento. É um rompimento da infância que não tem perdão.
Professora G	É tirar o direito de uma pessoa indefesa de viver normalmente.

Fonte: SILVA, 2022.

Em relação ao conceito do abuso sexual infantil, constata-se que todas conceituaram o que é abuso sexual infantil. A “professora A conceituou abuso como infligir o direito da criança”, já as “professoras B e C ambas responderam que é violência sem igual”.

A professora D disse que abuso é “palavras, gestos e toques de cunho sexual creio que possam ser considerados uma forma de abuso”. “Um ato de violência que prejudica todos os aspectos do desenvolvimento da criança” (Professora E). “São atos de violação sexual, onde a criança muitas vezes é obrigada a fazer algo que foge do seu processo de desenvolvimento. É um rompimento da infância que não tem perdão” (Professora F). “É tirar o direito de uma pessoa indefesa de viver normalmente” (Professora G).

Constata-se que algumas têm o entendimento claro do abuso sexual infantil, outras com timidez nas palavras responderam sem muito conhecimento no assunto. Nas falas se observa conteúdos dos tipos do abuso sexual na forma de manipulação, violência, o que revela uma ótica geral do campo do abuso sexual. Embora as entrevistadas respondessem o que é abuso sexual, ressalta-se a necessidade de uma compreensão maior do conceito relativo à mesma para uma intervenção consciente e efetiva.

É sabido que conceituar o abuso sexual é muito complexo aqui descreveram que é expor a criança a situações inadequadas, disseram que são atitudes que colocam em risco a integridade da criança. Para Azevedo (2009, p. 61) explica que “O abuso sexual consiste numa situação de dominação e que o conceito de abuso sexual contém ainda a noção de poderio”.

Dessa forma, Rezende (2011, p. 5) ressalta que:

O abuso sexual compreende todo ato ou jogo sexual, de relação heterossexual ou homossexual, no qual o agressor esteja em estágio de desenvolvimento psicossocial mais adiantado do que a vítima, tendo como finalidade estimulá-la sexualmente e/ou para obter estimulação sexual, através de práticas impostas às crianças e adolescentes pela violência física ameaças ou indução de sua vontade.

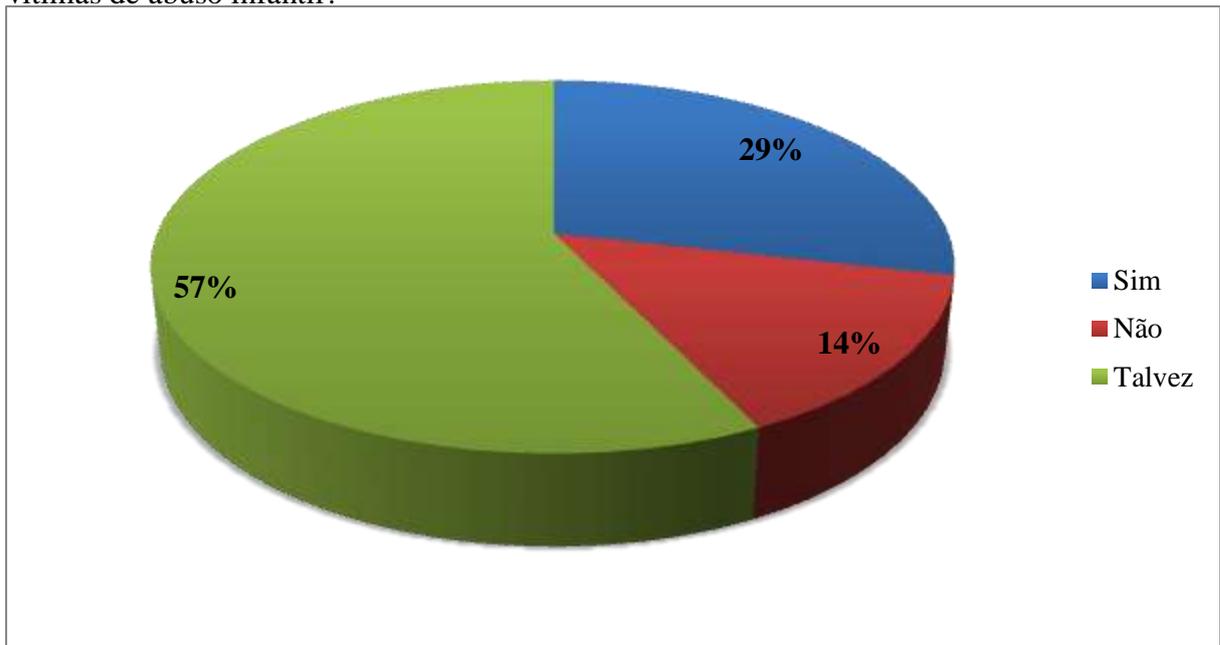
A Organização Mundial da Saúde aponta o abuso sexual como “o envolvimento de uma criança em atividade sexual que ele ou ela não compreende completamente, é incapaz de consentir, ou para qual, em função de seu desenvolvimento, a criança não pode consentir [...]” (OMS, 1999, p. 7).

Mas na visão de Sanderson (2005), a compreensão sobre o abuso sexual em crianças é muito importante para que professores possam aumentar seu entendimento. Só quando estiverem abastecidos de conhecimento e conscientização, que os professores poderão se sentir prontos para proteger a criança: “É inegável que, para proteger as crianças, os pais e os professores necessitam ter acesso a informações corretas que separem os fatos da ficção sobre a natureza do [Abuso Sexual em Crianças] ASC”. (SANDERSON, 2005, p.252).

Ressalta-se a importância do entendimento sobre o abuso sexual, na perspectiva de como identificar casos de abuso sexual em sala de aula, e para manter as crianças seguras e protegê-las, é de extrema importância que, professores invistam em conhecimento e lhes proporcionem um relacionamento aberto e de confiança, a fim de que possam se comunicar de maneira eficiente.

O gráfico a seguir demonstra o resultado do conhecimento acerca da preparação para a identificação de possíveis vítimas de abuso sexual infantil.

**Gráfico 1-** Você como professor (a) se sente preparado para a identificação de possíveis vítimas de abuso infantil?



Fonte: SILVA,2022.

É interessante destacar que somente 29% das professoras se sentem preparadas para identificar possíveis vítimas de abuso sexual infantil, 14% afirmaram que não estão preparadas e 57% responderam talvez.

Acredita ser no ambiente escolar, o espaço onde a criança poderá expressar esses sinais de abuso, e ainda estudiosos defendem ser o professor o principal sujeito capaz de identificar esses sinais. Portanto, para que ocorra a identificação de possíveis vítimas de abuso infantil os educadores precisam conhecer o assunto, identificar abuso caso aconteça dentro do âmbito escolar, é preciso que os profissionais que ali trabalham, sejam devidamente qualificados.

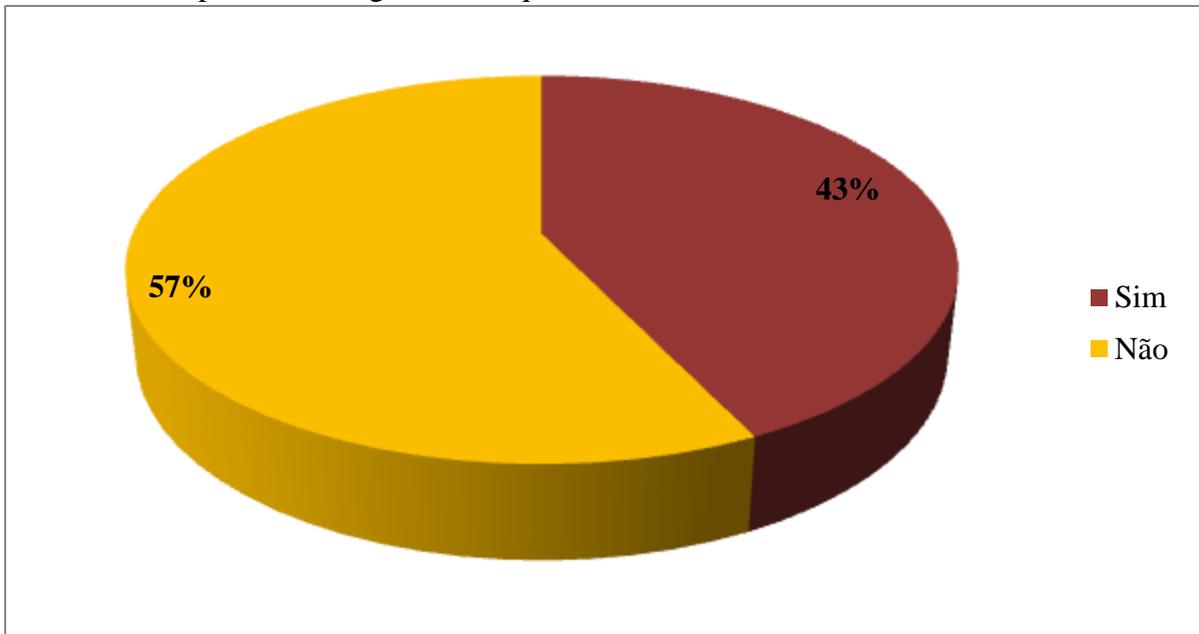
A respeito do assunto Sanderson (2005, p. 280) esclarece que:

Em média, os professores passam mais tempo com crianças do que quaisquer outros adultos, até mesmo os pais. Isso os coloca em uma posição única para conhecer a criança e acompanhar suas mudanças de comportamento. Se tiverem um conhecimento correto sobre o [Abuso Sexual em Crianças] ASC, eles poderão ser essenciais para a identificação de crianças que eventualmente estejam sofrendo o abuso, proporcionando-lhes um ambiente seguro no qual a criança tenha condições de revelá-lo. Além disso, escolas e professores podem desempenhar um papel central na educação de crianças a respeito dos perigos do [Abuso Sexual em Crianças] ASC e de como podem se proteger da melhor forma.

Compreende-se que os docentes têm um papel muito importante em relação ao abuso sexual infantil. Por mais chances de conhecer melhor essas crianças e ser os primeiros a notar mudanças de comportamento referente a tal assunto.

Conforme os gráficos abaixo educadores confirmam casos de abuso sexual infantil nas escolas. Analisaremos no gráfico a seguir:

**Gráfico 2** – Já presenciou algum aluno que sofre ou sofreu abuso sexual?



Fonte: SILVA, 2022.

Diante do exposto, 57% das professoras já tiveram contato com alunos que já passaram pela experiência do abuso sexual. Por esse motivo é interessante apontar a importância do olhar atento do professor para possíveis sinais que a criança apresente. O conhecimento do professor é fundamental para a identificação de possível abuso sexual assim, é importante o docente antes de ser professor torna-se amigo das crianças, para detectar comportamentos, ações e falas da criança que possam apontar para a presença de abuso sexual infantil.

Segundo Sanderson (ibid.) vários fatores devem ser considerados para garantir a segurança da criança:

Primeiro, pais e professores precisam ser muito cautelosos quando confiarem a criança aos cuidados de um outro adulto, não importa quão “conhecido” ele seja, especialmente se isso inclui contato não supervisionado. Segundo, pais e professores precisam proporcionar à criança orientação sobre como poderá estar segura na comunidade e atenta a potenciais perigos. Terceiro, é importante proporcionar o ambiente correto no qual a criança possa conversar sobre qualquer interesse ou dúvida que venha a ter. (p. 262).

A esse respeito adverte, pais e professores precisam advertir as crianças sobre o perigo do abuso sexual. Embora tais orientações não garantam que essas crianças nunca correrão risco, mas podem contribuir para prevenção e assegurar que crianças tenham acesso ao conhecimento e às informações sobre o abuso.

Quando questionadas como saber se uma criança foi vítima de abuso? E que fatores apontam que a criança sofre abuso sexual? A professora A respondeu - “observar suas ações e comportamento, a mudança de comportamento, muitas vezes a tristeza de não poder revelar a alguém”. Segundo a professora B - “aparecem indícios, através de desenhos, demonstra situações, verbaliza etc.”. A professora C também disse: “que geralmente pela mudança de comportamento”. A professora D disse: “não sei, talvez pela timidez”. Depois temos a professora E onde diz: “observar as atitudes, desenhos, escritas e falas da criança é um caminho. Dar atenção para que a mesma aos poucos se abra e conte o que aconteceu, ou está acontecendo. Acredito que os principais fatores sejam as atitudes da criança, suas reações e emoções apresentadas no dia a dia escolar”.

Segundo a professora F: “Alguns sinais como timidez, medo, melancolia, tristeza ou algum distúrbio alimentar, entre outros sinais são motivos para uma investigação e é necessário um acompanhamento de profissionais da área ou familiares e até mesmo na escola”.

Ela apresenta comportamento atípico do habitual, fala através de suas atitudes que se modificam de forma repentina. Dependendo das circunstâncias ela se exclui, ou se expõe de maneira mais chamativa, ou até mesmo passa a apresentar momentos de agressividade, é sensível a toques e aproximação por partes de outras pessoas adultas. (Professora G).

Nota-se que respostas todas mencionaram vários aspectos das consequências do abuso sexual infantil vindo de encontro com os autores acima citado, tiveram respostas curtas talvez

sem muito conhecimento, mas com poucas palavras conseguiram apontar algum fator expressos por crianças que passam ou que passaram episódio do abuso.

Segundo Santo e Ippolito (2011, p.87) “crianças e adolescentes “avisam”, de diversas maneiras, que estão vivenciando situações de maus-tratos e abuso sexual, quase sempre de forma não verbal”. E aponta indicadores na conduta de crianças e adolescentes:

Sinais comportamentais ou provas imateriais Comportamento/sentimento:

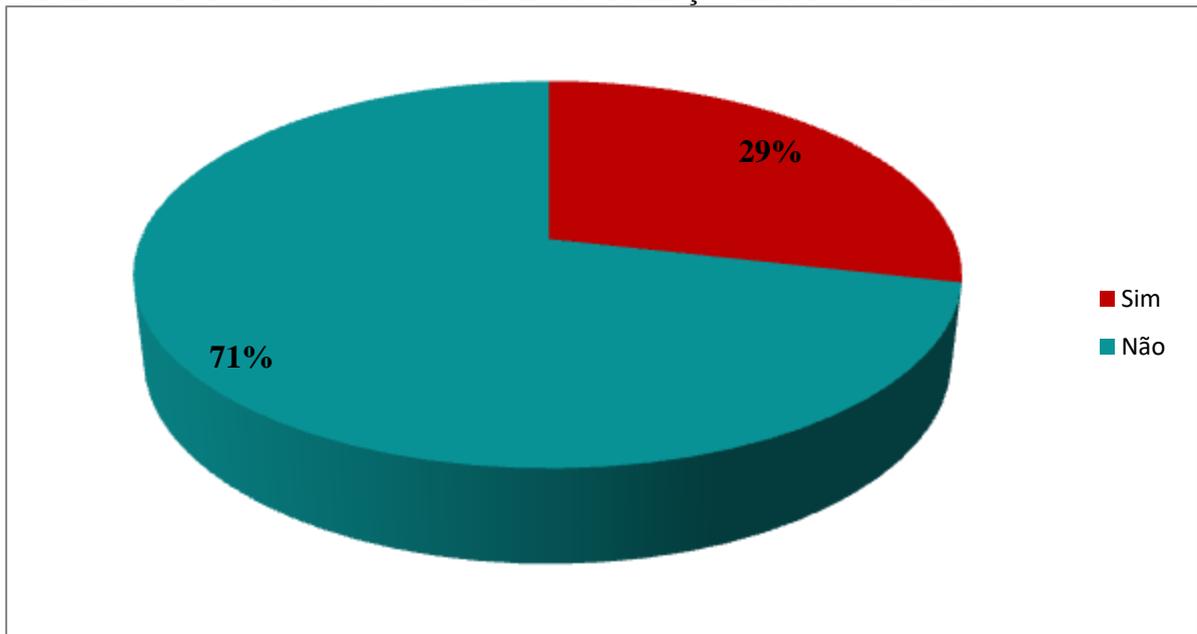
Mudanças comportamentais radicais, súbitas e incompreensíveis, tais como oscilações de humor entre os estados de timidez e extroversão. Mal-estar pela sensação de modificação do corpo e confusão de idade. Regressão a comportamentos infantis, tais como choro excessivo sem causa aparente, enurese (emissão involuntária de urina) e hábito de chupar os dedos. Medo, ou mesmo pânico, de determinada pessoa ou sentimento generalizado de desagrado quando deixada em algum lugar. Medo do escuro ou de lugares fechados. Autoconceito negativo, baixo nível de autoestima e excessiva preocupação em agradar os outros. Tristeza, abatimento profundo ou depressão crônica. Vergonha excessiva, inclusive de mudar de roupa na frente de outras pessoas. Culpa e autoflagelação. Ansiedade generalizada, comportamento tenso, sempre em estado de alerta, e fadiga. Excitabilidade aumentada (hipervigilância ou dificuldade de concentração). Fraco controle de impulsos, comportamento autodestrutivo ou suicida. Comportamento disruptivo, agressivo, raivoso, principalmente dirigido contra irmãos e o familiar não incestuoso. Transtornos dissociativos na forma de personalidade múltipla. Repetição constante do que outras pessoas verbalizam (SANTOS; IPPOLITO, 2011, p. 88).

A partir da citação se entende que a escola por meio dos professores, gestor e toda a sua equipe pedagógica, que estão próximos das crianças, deve atentar-se aos sinais que elas oferecem, as vítimas pedem socorro de diversas maneiras com ações e comportamentos que indicam algo de errado está acontecendo. Cabe também ao professor, assim como psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, médicos etc., ouvir e perceber os sinais da criança abusada.

Como já foi dito as crianças vítimas de abuso, procuram na escola segurança, mesmo que por vezes não verbalizem. O abuso sexual fala por si só através de suas consequências, e como instituição social é dever da escola tomar atitudes referentes ao abuso, desta forma, o professor deve tomar a responsabilidade de proteger e cuidar.

Quanto à participação dos respondentes se foi abordado esse assunto na sua formação inicial ou continuada? Os resultados estão expostos no gráfico 3.

**Gráfico 3** – Foi abordado esse assunto na sua formação inicial ou continuada?



Fonte: SILVA, 2022.

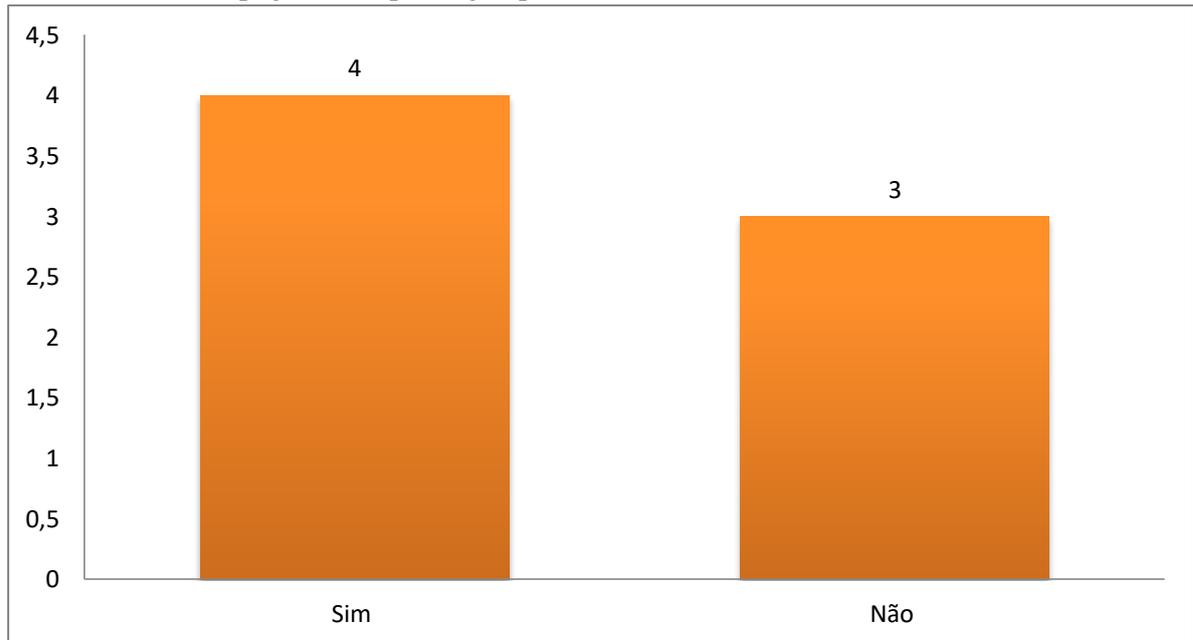
Diante das respostas das educadoras, foi possível identificar, que não há uma preparação específica em relação ao abuso sexual infantil, conforme o gráfico acima 29% dos responderam ter participado de cursos sobre o abuso sexual infantil, enquanto a grande maioria, 71% afirmam não ter participado de cursos referentes ao assunto.

A respeito do abuso sexual na formação de professores Sanderson (2005, p. 281) diz:

[...] é fundamentalmente importante que todos os professores sejam treinados de maneira adequada quanto a um entendimento do ASC [...] Só tendo um adequado entendimento da criança sexualmente abusada é que professores podem ter esperanças de identificar as crianças que correm risco ou as que estão sendo abusadas.

Compreende-se que é de suma importância a formação de professores para o trabalho com a temática do abuso sexual infantil, possivelmente possibilitará novas discussões sobre a temática, com novos conceitos, desenvolvendo profissionais mais preparados para formular estratégias e fazer intervenções dinâmicas, conscientes de que estarão desenvolvendo ações na prevenção ao abuso sexual e proteção da criança.

Em relação ao contexto escolar, foi investigado junto as professoras através do questionário quanto à participação de capacitação para o enfrentamento do abuso sexual infantil. O gráfico abaixo aponta:

**Gráfico 4** - Participação de capacitação para o enfrentamento do abuso sexual infantil

Fonte: SILVA, 2022.

Constata-se através dos dados que somente quatro dos respondentes afirmam já haver participado de capacitação de prevenção com relação à temática do abuso sexual nas escolas, porém, três não participaram de capacitação relacionada ao enfrentamento do abuso sexual. Fica claro que nem todas as escolas trabalham com capacitação no enfrentamento desta problemática. “Contudo, para desenvolver um programa de educação sexual, é de fundamental importância que os profissionais se capacitem para tal, analisando, debatendo e aprofundando as questões relacionadas à sexualidade de maneira geral” (SANTOS; IPPOLITO 2009, p.50).

Para compreender as dificuldades no trabalho dos professores com relação à temática: foi questionado:

**Quadro 5** - Quais as dificuldades que você percebe em relação a essa temática?

PARTICIPANTES	RESPOSTAS
Professora A	De não termos tanto acesso a informações de como lidar com essa questão em nosso ambiente escolar.
Professora B	A família.
Professora C	Forma de abordagem na escola.
Professora D	Pouca informação.

Professora E	Para muitos este assunto ainda faz parte de tabus a serem corrompidos. Acredito que falta apoio nas escolas para se envolver com assuntos mais sérios. Por muitas vezes se tem suspeitas, mas por ser um assunto tão sério o envolvimento com as famílias se tornam mais difíceis.
Professora F	A própria família permite não denunciar, finda o agressor ficando impune.
Professora G	A barreira familiar de acertar e enfrentar o problema que na maioria dos casos é em casa.

Percebe-se que dificuldade ou tabu que impede o trabalho preventivo ao ASI em escolas, são várias as causas apontadas pelos profissionais e as professoras afirmam existir tabus envolvendo o assunto. “Estudos mostram que a informação em assuntos sobre o corpo e a sexualidade torna a criança menos vulnerável ao abuso sexual e com competência e habilidade para se expressar e buscar ajuda caso esteja sofrendo este tipo de violência”. (ARCARI, 2015 p.2).

Podemos perceber que as dificuldades de lidar, com situações de abuso, abrangem diversos aspectos havendo relatos sobre o despreparo para lidar com o tema, seja pela falta de informações ou por falta de capacitação para educadores. Apontam ainda, a família frente ao problema, por muitas das vezes não denunciar. Apontam falta de apoio das escolas, pois ainda existe tabus quanto o abuso sexual infantil.

Assim os professores têm consciência da gravidade do problema e de que ele deve ser trabalhado, os próprios professores sugerem que lhes sejam apresentadas maneiras de abordar esse assunto na escola, ou seja, precisam de ajuda por parte da instituição escolar de como abordar em sala de aula este assunto.

Segundo Williams e Araújo (2009, p. 115):

Os pais podem, efetivamente, ensinar a pré-escolares habilidades necessárias, além de reconhecer e responder a gestos sexuais inapropriados. Entretanto, pais de crianças pré-escolares precisam de consultoria e encorajamento por profissionais para terem uma instrução completa. Adicionalmente ao envolvimento da pré-escola, programas envolvendo a família também, precisam ser desenvolvidos e avaliados. Os programas que combinem a instrução de professores e dos pais, incluindo as estratégias de exposição comportamental e modelos, parecem demonstrar maior efetividade.

Diante disso, é importante que a escola trabalhe juntos com os pais, contribuindo com informações e os pais participando, visto que é necessário que os pais se informem sobre a questão do despertar da sexualidade dos filhos, mas para isso precisam conversar com eles e

participar das atividades da escola colaborando com assuntos relacionados a esta temática, entre outras situações.

Atualmente, as escolas podem utilizar o Guia Escolar, que com uma iniciativa do Governo Federal, editou o guia escolar para o corpo docente, que auxilia na identificação dos sinais do abuso e exploração sexual infantil, porém ainda não foi vinculado ao material nenhum programa específico para auxílio na sua interpretação, deixando-a a critério dos profissionais que viriam a utilizá-lo (BRINO e WILLIAMS, 2003).

Sobre a utilização dos registros em sala de aula de seus alunos dentro da prática pedagógica. Todas responderam que trabalham com registros em sala de aula. Esse é um ponto fundamental, pois se acredita que através dos registros seja possível detectar a mudança no aluno no seu comportamento.

O registro ajuda a guardar na memória fatos, acontecimentos ou reflexões, mas também possibilita a consulta quando esquecemos. Este “ter presente” o já acontecido é de especial importância na transformação do agir, pois oferece o conhecimento de situações arquivadas na memória, capacitando o sujeito a uma resposta mais profunda, mais integradora e mais amadurecida, porque menos ingênua e mais experiente, de quem já aprendeu com a experiência (WARSCHAUER 1993, p. 62).

Sabe-se que num contexto escolar o registro é necessário para uma prática pedagógica, que venha contribuir com o aprendizado da criança, pois esta tem suas fragilidades e potencialidades. O olhar de atenção envolve o interesse não só pelo o fazer do aluno, mas o bem-estar, ou seja, sobre quais realidades está inserida. Assim, será possível o envolvimento de todos os segmentos e a visão de umas práxis docente possível, apesar das dificuldades e fragilidades.

Sobre como os professores podem ajudar em sala de aula uma criança com suspeita de abuso sexual? A professora D não soube responder. E as demais disseram:

**Professora A:** Procurando a direção da escola daí encaminhar a situação aos órgãos competentes, serviço social e Conselho Tutelar. **Professora B:** Conversar com psicologia escolar. **Professora C:** Denunciando as suspeitas e acolhendo a criança. **Professora E:** Com conversas e muita atenção. As crianças são muito sinceras e se você abrir seu coração pra ela aos poucos terá o retorno desejável. Podendo assim auxiliá-la no que for necessário e para encaminhar ao melhor atendimento. **Professora F:** Através de conversa diária, observação do comportamento da criança e da família, observação de lesões corporal. **Professora G:** A acolhida, fazer com a criança tenha espaço para se sentir segura e compartilhar o que está acontecendo.

Portanto, evidenciamos maneiras importantes de ajudar a criança, primeiro à escola deve trabalhar com o conselho tutelar, serviço social e deve existir na equipe pedagógica a presença da psicologia escolar; a relação professora aluno também é fundamental para criar um vínculo de confiança e a utilização do registro em sala.

Diante do que foi exposto, Santos e Ippolito (2011, p. 103) orienta aos educadores que:

[...] é importante frisar que o educador que ouvir um relato de violência sexual ou suspeitar de sua ocorrência deve procurar ajuda. Conviver com crianças e adolescentes que vivem situações de violência pode ser angustiante e, ademais, ajudá-los pode ser difícil sem o apoio da equipe de trabalho. Por isso, é preferível que a direção da escola assuma a tarefa de notificação. Porém, se houver omissão ou recusa por parte da direção da escola em fazer a notificação, é bom lembrar que esta é obrigatória e que a responsabilidade do profissional de educação é intransferível e pode ser cobrada legalmente.

Acredita-se que a escola e as instituições têm o papel de zelar pela vida do indivíduo com o objetivo de não apenas promover o desenvolvimento, mas também proporcionar meios para que haja aprendizado escolar. Portanto, ressalta-se a necessidade de conhecer meios para ajudar a criança vítima de abuso sexual infantil.

A partir dessa perspectiva o gestor escolar é o líder educacional que deve articular toda a comunidade escolar em busca do objetivo maior da instituição, não com ideologia dominante, mas buscando uma educação transformadora, motivando educandos, professores e todos que fazem parte da comunidade escolar tornando-os ativos, críticos, sendo capazes de atuar de forma participativa em sua comunidade local.

Dessa forma, a última categoria de análise visa descrever a entrevista feita com o gestor sobre o abuso, bem como sobre suas ações e experiências com relação ao abuso sexual infantil frente a seus alunos.

No início da entrevista buscou-se do entrevistado qual seria sua formação e há quanto tempo exerce o cargo de gestor? E há quanto já é professor? “Sou formado em filosofia e pós-graduado em psicopedagogia e estou exercendo o cargo de gestor há 13 anos e 03 meses e sou professor á 29 anos” (GESTOR).

Em seguida questionou-se quanto a sua compreensão com a temática e o trabalho preventivo no ambiente escolar? Respondeu com precisão:

De suma importância, compreendendo como um trabalho triste de ser abordado. Sabendo que tem crianças sofrendo com o abuso sexual, não imaginamos nem esperamos uma criança sofrendo calada com esse tipo de abuso sem saber como falar para alguém o que está acontecendo consigo. É um tema muito forte e complexo de ser dialogado em sala de aula, mas precisa ser trabalhado com

relevância, pois o abuso de menores, o estupro, o sequestro, o maltrato e etc., é real e é uma ferida que nunca vai sarar (GESTOR).

A partir de então se indagou: na sua concepção qual a responsabilidade da Escola quanto ao Abuso Sexual Infantil? E disse:

Como educador não queremos que as crianças se tornem vítimas de pessoas doentias, seres sem caráter. Orientamos que toda criança precisa de carinho cuidados e proteção. Que as mesmas não podem aceitar convites de pessoas estranhas e principalmente não deixar que ninguém toque em alguma parte de seu corpo. Criança protegida protege seu corpo assim: sabendo, que algumas partes de seu corpo estão sempre a mostra como a cabeça, os braços, as mãos, as pernas e os pés, outros estão cobertos, são bem íntimas. Sabem o que significa? Que você não deve permitir que outras pessoas vejam ou que nelas toquem, agindo assim, você tem o seu corpo seguro, não tenha medo, fale para alguém de sua confiança pessoas com má intenção tentou toca-la. Não guarde segredo se algo de errado acontece com você. Você não deve permitir que outras pessoas vejam ou que nelas toquem agindo assim, você tem o seu corpo seguro. É assim que orientamos nossos alunos (GESTOR).

Em razão de sua explicação logo se questionou se em toda sua carreira presenciou ou recebeu em sua escola algum aluno que sofreu abuso sexual? – *Não disse ele*. Então se perguntou caso vier acontecer qual a orientação da escola se houver suspeita ou confirmação de casos de abuso sexual? “Comunicar imediatamente a direção escolar, para que se tomem as medidas cabíveis o mais rápido possível conversar com a família, logo depois acionar os órgãos competentes, comunicar a SEMED, Equipe Multidisciplinar como: psicólogo, assistente social e outros, principalmente o conselho tutelar” (GESTOR).

E para finalizar perguntamos se a escola possui ação de prevenção quanto ao tema do abuso sexual infantil? “Sim. Através de temas transversais como: palestras, músicas, teatros, filmes e outros. Nossa responsabilidade é protegê-lo de tudo e de todos. Mesmo que não sejam nossos próprios filhos. E deixo uma mensagem para todos cuidemos das nossas crianças” (GESTOR).

Por meio da entrevista, pôde ser observado por parte do gestor que ele tem a percepção da importância da atuação dos educadores junto à educandos em situação de abuso sexual infantil. Mostrou através de suas respostas que a escola desenvolve práticas pedagógicas direcionadas ao enfrentamento do abuso sexual infantil.

É interessante apontar seu sentimento de responsabilidade pela intervenção das vítimas, atesta que conhece que a escola tem alertado os educandos quanto a importância de cuidar do corpo, de não permitir que pessoas estranhas as toquem.

Portanto, cabe lembrar ainda que assim, como gestores têm conhecimentos quanto às implicações do abuso sexual na vida da criança, é necessário que os demais profissionais da educação também conheçam as implicações no processo educativo, tanto para os alunos quanto para os professores. Para se pensar o abuso sexual e formas de trabalho junto aos alunos é preciso que também ocorram mudanças na formação dos educadores, pois nem todos os docentes foram capazes de identificar o problema.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Trabalho de Conclusão buscou analisar as implicações na vida e no processo educacional das crianças, descrevendo o que é abuso sexual infantil; compreender como os educadores percebem o tema e sua importância; identificar os encaminhamentos dado pelo professor em casos de violência sexual; conhecer as ações desenvolvidas pela escola no enfrentamento do abuso sexual.

Este estudo oferece contribuições para o aluno, mais especificamente a aprendizagem deste. Nesse sentido, o abuso sexual infantil e a incidência dele em crianças têm prejudicado o processo educacional e dimensões do desenvolvimento da criança. Assim torna-se relevante investigar como o abuso sexual pode implicar no processo educacional e compreender como esta criança é percebida.

Nesse processo, de investigação e estudo entendemos que o abuso vai além de um ato sexual forçado, atinge o corpo e a mente do sujeito, deixando cicatrizes para uma vida toda por isso é fundamental o conhecimento dos professores, dentro das escolas, em face das manifestações e sintomas.

Segundo as respostas das professoras existem dificuldades para abordar esse tema. Algumas não sabem como transmitir o esclarecimento, qual o caminho que se deve fazer caso haja casos na escola, esses conhecimentos são importantes poderão mudar a história de vida de crianças e adolescentes que estão passando ou talvez aqueles que ainda vão a vir sofrer abuso sexual.

As principais implicações na vida e no processo educacional da criança podem ser psicológicas e comportamentais como: o medo, depressão, ansiedade, raiva, hostilidade, comportamento sexual inapropriado, aparição de fobias, enurese e atraso escolar. É preciso direcionar um olhar sobre os efeitos que o abuso implica, percebendo a criança como um sujeito marcado por um trauma em sua constituição, sendo importante o auxílio de pais e profissionais na ressignificação de suas vivências, retomando a criança seu lugar de sujeito.

Através dos dados aqui apresentados, observou-se que os professores estão de acordo com a importância do tema, porém ainda há resistência ao assunto por mais que pareça um tema discutido, ainda falta conhecimento por parte dos profissionais da educação frente ao problema. Constata-se através dos dados que a maioria dos respondentes disse não existir programa de prevenção com relação à temática do abuso sexual nas escolas, porém, as instituições devem ter postura diferente e promover além de conteúdos básicos, temas transversais como afirmou o gestor que foi entrevistado.

Perante as considerações dispostas, foi verificado que os objetivos propostos inicialmente foram alcançados por meio dos procedimentos aqui utilizados, bem como a revisão literária utilizada foi fundamental para as análises e resultados obtidos.

No entanto o estudo mostrou a importância de capacitação para o enfrentamento e auxílio de possíveis vítimas de abuso sexual infantil. Acreditando assim oferecer contribuições para o aluno, mais especificamente à aprendizagem deste. Assim torna-se relevante investigar como o abuso sexual pode implicar no processo educacional e compreender como esta criança é percebida. Ainda há muitas questões particulares ao abuso em contexto escolar que precisam ser revisitadas.

## REFERÊNCIAS

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil. 27. São Paulo. Ed. Saraiva; 1988

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990.** Dispõe sobre a Convenção dos Direitos da Criança. Disponível

em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/19901994/D99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/19901994/D99710.htm)>. Acesso em: 21 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 17.337, de 09 maio 2021.** Dispõe sobre a capacitação escolar de crianças e adolescentes para identificação e prevenção de situações de violência intrafamiliar e abuso sexual. São Paulo: Diário Oficial Poder Executivo - Seção I quarta-feira, 10 de março de 2021. Disponível em: [http://diariooficial.imprensaoficial.com.br/nav\\_v6/index.asp?c=12.htm](http://diariooficial.imprensaoficial.com.br/nav_v6/index.asp?c=12.htm)>. Acesso em: 16 jun. 2022.

ABRAPIA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO A INFÂNCIA E À ADOLESCÊNCIA. Maus- tratos contra crianças e adolescentes. Proteção e prevenção: **Guia de Orientação para educadores**. Petrópolis: Autores & Agentes & Associados, ABRAPIA, 1997.

ANDRADE, Anderson Pereira de. **A Convenção sobre os Direitos da criança em seu décimo aniversário: avanços, efetividade e desafios.** Revista Igualdade, Curitiba: Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Infância e Juventude do Ministério Público do Paraná, v. 8, n. 28, p. 1-22, jul./set. 2000.

ARCARI, Caroline. **Pipo e Fifi - Guia para pais e educadores:** Como trabalhar o livro em espaços educativos. Instituto CORES, 2015.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.** 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de; FERREIRA, Maria Helena & Cols. **Violência contra Crianças e Adolescentes** – Porto Alegre: Artmed, 2011.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N. de A. **Infância e violência doméstica:** fronteiras do conhecimento. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BLANCHARD, J. **Sexual exploitation** Trabalho apresentado no Congresso Against the Sexual Exploitation of Children, Brasília, Brasil. 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). **Estatuto da criança e do adolescente:** disposições constitucionais pertinentes: lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. – 6.

BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais Terceiros e quartos ciclos:** Orientação sexual. Brasília, DF, 1998.

BRINO, Rachel de Faria; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. **Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil.** Cadernos de Pesquisa. [ On-line]. n.119, p.

113-128. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n119/n119a06.pdf>>. Acesso em: 17 mai. 2021. .

BUENO, Eduardo. **Brasil: Terra à vista!** A aventura Ilustrada do Descobrimento. L&PM 1ª edição. Porto Alegre, 2003.

CUNHA, Maria Leolina Couto. Abuso sexual contra crianças e adolescentes – abordagem de casos concretos em uma perspectiva multidisciplinar e interinstitucional, **Cartilha Maio Laranja**. Brasília, 30 p. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/maio/cartilha-atualiza-dados-de-abuso-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-para-fortalecer-rede-de-protecao.pdf>> Acesso em: 02 out. 2021.

ed. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005.

FANFANI, Emilio Tenti. **La condición docente:** análisis comparado de la Argentina, Brasil, Perú y Uruguay. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005.

FONSECA, Luiz Almir Menezes. **Metodologia científica ao alcance de todos**. 3. Edição. Manaus: Valer, 2008.

GAGLIOTTO Giseli Monteiro; VAGLIATI, Ana Carla. **A identificação da violência sexual em crianças e adolescentes no espaço escolar:** limites e possibilidades de enfrentamento na voz dos professores. Xanped Sul, Florianópolis, 2014. Disponível em: [http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq\\_pdf/1300-0.pdf](http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1300-0.pdf) Acesso em 13 de março de 202.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projeto de Pesquisa**. 4ª Edição. Editora Atlas S.A. São Paulo, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. Atlas 6ª ed. São Paulo, 1999.

LABADESSA, Vanessa Milani; ONOFRE, Mariangela Aloise. Abuso sexual infantil: breve histórico e perspectivas na defesa dos direitos humanos. **Revista Olhar Científico**, Ariquemes, v. 1, n. 1, jan./jul. 2010.

LÜDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MOLTEDO, Cecilia C.; MIRANDA, Mayra H. **Protegiendo los derechos de nuestros niños y niñas:** prevención del maltrato y el abuso sexual en el espacio escolar: manual de apoyo para profesores. Santiago, Chile: Edición Fundación de la Familia & Ministerio de la Justicia, 2004.

MORESCHI, Marcia Teresinha. **Violência contra Crianças e Adolescentes:** Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas / Documento eletrônico – Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018, 494 p.

NUNES, César Aparecido. **Desvendando a sexualidade**. 5. ed. Campinas: Papirus, 1987.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). Relatório Mundial sobre Violência e Saúde. Genebra: Organização Mundial de Saúde, 1999.

OSSANDÓN, Valeria Arredondo. **Guía Básica de Prevención del Abuso Sexual Infantil-** Programa Regional de Prevención del Maltrato Infantil. Valparaíso, Chile: ONG Paicabí, 2002.

REZENDE, Sabrina. **Terapia Cognitivo- Comportamental e políticas públicas direcionadas a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual:** Limites e possibilidades. Porto Alegre: UFRGS –Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/39082/000824752.pdf?sequence=1>>.

SANDERSON, Cristiane; **Abuso sexual em crianças.** São Paulo, M. Books do Brasil Editora Ltda, 2005.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. IPPOLITO, Rita. **Guia de referência:** construindo uma cultura de prevenção à violência sexual. São Paulo, SP: Childhood Instituto WFC Brasil, 2009.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. IPPOLITO, Rita. **Guia Escolar:** Identificações de sinais de Abuso e Exploração Sexual de Criança e Adolescente. Seropédica, RJ: EDUR, 2011.

TARDIF, Maurice. **Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários.** Revista brasileira de Educação, v. 13, n. 5, 2000.

TOLEDO, Michele Abdo Merlone Santos. **Um estudo a cerca de crianças vítimas de violência em uma instituição de atendimento em Campo Grande MS.** 2003. 154 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS, 2003.

WARSCHAUER, Cecilia. **A roda e o registro: uma parceria entre professor, alunos e conhecimento.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.